



Serviço Público Federal

Ministério da Cultura

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN

Parecer nº 62/2013

À Senhora Claudia Marina Vasques

Coordenadora de Registro – CGIR/DPI/Iphan

Assunto: Processo nº 01450.010235/2008-30 - Pedido de Registro da festividade do Glorioso São Sebastião de Cachoeira do Arari.

Senhora Coordenadora,

Este parecer conclusivo trata da etapa de instrução técnica do processo nº 01450.010235/2008-30 relativo ao pedido de Registro da festividade do Glorioso São Sebastião de Cachoeira do Arari, na região do Marajó, estado do Pará, aberto neste Departamento de Patrimônio Imaterial – DPI em 16 de julho de 2008. A proposta e a documentação foram encaminhadas à Presidência deste Instituto, por meio da antiga 2ª Superintendência Regional - atual Superintendência do Iphan no estado do Pará - e do Ministério da Cultura. O pedido de Registro foi feito pelo Museu do Marajó, e trouxe também a solicitação de apoio feita pela Irmandade do Glorioso São Sebastião de Cachoeira do Arari ao Ministro da Cultura, datada de 06 de maio de 2008.

Ao longo do processo de identificação e reconhecimento foi verificada a existência dessa referência cultural em outras localidades da região do Marajó. Compreendendo a dinâmica dessa manifestação de forma mais ampla, o objeto deste pedido de Registro configura-se como um bem cultural que extrapola os limites da festividade em Cachoeira do Arari. Por isso, sua delimitação territorial foi alvo de aprofundamento das pesquisas e de intenso debate, levando à alteração nos termos da solicitação original: de “Festividade do Glorioso São Sebastião de Cachoeira do Arari” para “Festividades do Glorioso São Sebastião na região do Marajó”. Esta discussão está descrita a seguir.



No ano de 2004, o Iphan realizou, por meio da 2ª Superintendência Regional, o Levantamento Preliminar de Referências Culturais da Ilha do Marajó a partir da Microrregião do Arari, com a aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC, continuando em 2005, com o mapeamento da Microrregião dos Furos e finalizando em 2009 com a Microrregião de Portel. Nestes levantamentos foi constatada a relevância da festividade em homenagem a São Sebastião em Cachoeira do Arari. Considerando os resultados deste levantamento preliminar, em 2007 foi iniciado o Inventário Nacional de Referências Culturais-INRC da festividade do Glorioso São Sebastião no município de Cachoeira do Arari. Este INRC resultou no pedido de Registro dessa celebração como patrimônio cultural brasileiro apresentado ao Iphan.

Na finalização dos trabalhos de inventário em Cachoeira do Arari, os pesquisadores e técnicos do Iphan perceberam a necessidade de aprofundar questões que elucidassem a comunidade sobre as políticas de patrimônio e as implicações do reconhecimento de uma referência como Patrimônio Cultural do Brasil. Em novembro de 2007 realizou-se em Cachoeira do Arari o seminário “A festividade do Glorioso São Sebastião como Patrimônio Cultural Brasileiro” (Anexo II – deste processo), no qual foram discutidas tais questões com a comunidade, especialmente com os responsáveis pela organização da festividade (festeiros, Igreja Católica e poder público local). Os temas discutidos foram aqueles apontados no Inventário como os mais relevantes e/ou problemáticos: 1) organização da festividade; 2) infraestrutura da cidade; 3) processo de transmissão das folias . Os resultados deste seminário apontaram para a fragilidade da perpetuação das folias e dos saberes relacionados a elas, como ponto crucial da continuidade dessa celebração. Essas discussões subsidiaram o pedido de Registro.

Em 2009, o DPI emitiu a Nota Técnica nº 24/09 (f.100-108) sobre a avaliação preliminar da pertinência do pedido de Registro, a qual foi submetida à Câmara Setorial do Patrimônio Imaterial – CSPI, em sua 15ª reunião, cuja memória consta nos autos do processo (f.109-111). A Câmara questionou a delimitação do bem cultural, solicitando informações que evidenciassem a centralidade da festividade em Cachoeira do Arari no contexto do Marajó, tal como proposto inicialmente. Em contraposição à proposta original, os conselheiros sugeriram a inclusão, no pedido de Registro, das demais festas de São Sebastião ocorrentes na região do Marajó.

Nessa reunião, se entendeu que não se tratava de festas pontuais, mas da múltipla ocorrência de uma devoção imprescindível na dinâmica sociocultural da região. Devido a configuração territorial da região do Marajó caracterizada pelas grandes distâncias e dificuldades de acesso, foram identificadas tendências ou de grande aglomeração de pessoas



nas localidades maiores – como é o caso de Cachoeira de Arari - ou a pulverização dos festejos em âmbito local ou familiar. A Câmara entendeu, ainda, que mesmo em se tratando de festividades qualificadas por seus contextos locais, estas também apresentam elementos simbólicos estruturais que se repetem e configuram as celebrações de santo na região.

Com o objetivo de avaliar a possibilidade de extensão do Registro, foi realizada, ainda no ano de 2009, a complementação do Inventário das festividades de São Sebastião na região do Marajó, com informações relativas às celebrações de São Sebastião em outros municípios e localidades da região. O resultado da pesquisa forneceu elementos para o reconhecimento abrangente das **“Festividades de São Sebastião da Ilha do Marajó”**, ou o das localidades de maior expressão **“Festividades do Glorioso São Sebastião de Cachoeira do Arari, São Sebastião da Vila do Arapixi de Chaves, São Sebastião da Boa Vista e São Sebastião de Breves, podendo ser estendido para todas as demais localidades onde foi identificada a festividade”**. Em outubro de 2011, a Superintendência do Pará encaminhou a documentação completa com novas anuências ao pedido, advindas de Soure, Pedral, Afuá, Rio de Piraioara e Cacoal, e o Dossiê de Registro das **Festividades de São Sebastião na Mesorregião do Marajó**, concluindo a instrução do processo.

A seguir, este processo foi reapresentado na 20ª reunião da Câmara (f.276-283), realizada em julho de 2012, por meio da **Nota Técnica nº 19/12 (f.270-274)**, que tece considerações quanto às questões indicadas anteriormente à luz dos novos elementos incorporados à análise. Na pesquisa realizada constatou-se a complexidade de interações e a vasta ocorrência desse bem cultural na região, aspectos esses que precisam ser observados nesse reconhecimento. Ponderou-se que, apenas assim, seria possível a exata apreensão de sua realidade e a efetiva atuação do Iphan junto à comunidade com a política de Salvaguarda.

A dificuldade no que tange ao recorte territorial dos bens a serem Registrados está relacionada, também, ao debate sobre o Registro de *festas* no âmbito da política de Patrimônio Imaterial. Como dito anteriormente, no Marajó existem diversas festas dedicadas a São Sebastião. A centralidade de Cachoeira do Arari é reconhecida pelo fluxo de pessoas de diversas regiões que vão para esse município quando da realização da festa. As motivações das pessoas ao se deslocarem até Cachoeira do Arari extrapolam o cunho restritamente devocional abarcando outras atividades sociais e econômicas. Essa situação ilustra um tema recorrentemente abordado e que precisa ser aprofundado.

O INRC traz informações sobre festas que não mais ocorrem por diferentes motivos, entre eles, o falecimento de pessoas que conduziam a organização ou a mudança de pessoas



para outras locais. Em alguns casos, as festas não possuem a continuidade histórica exigida para o Registro (três gerações). Em outros, não há dados consistentes sobre o data de início da festividade.

— Para melhor esclarecimento das constatações acima, incluímos, em anexo, a este Parecer uma tabela que apresenta a situação da festividade em cada uma das 52 localidades pesquisadas no universo dos 16 municípios. Dessas 51 localidades: **9 apresentam tempo superior a 75 anos**; 3 com tempo de realização superior a 50 anos e inferior a 75 anos; e 7 com tempo de realização inferior a 50 anos. Nas demais não se dispõe de informações precisas sobre a ocorrência da festividade.

Na 20ª reunião da Câmara, foram colocados pontos sobre como constituir este objeto patrimonial de forma a abarcar a dinâmica da manifestação na região. A extensão do Registro às demais festividades em honra a São Sebastião identificadas na pesquisa foi debatida devido aos critérios utilizados na seleção de referências culturais passíveis de reconhecimento pelo Iphan, tais quais: continuidade histórica mínima de três gerações; a constatação da existência atual da prática e não apenas sua memória; a anuência para o Registro das comunidades de todas as localidades documentadas; e a generalidade social, visto que existem festas que acontecem apenas em âmbito familiar, podendo não configurar, necessariamente, uma atividade social coletiva.

Nessa oportunidade, a Superintendente do Iphan no estado do Pará, Maria Dorotéia de Lima, explicou que o pedido de Registro foi uma demanda de Cachoeira do Arari. A ampliação do Registro, por sua vez, não foi uma reivindicação das comunidades do Marajó, mas uma sugestão decorrente das pesquisas solicitadas pela Câmara na 15ª reunião. A partir das pesquisas, foram suscitadas expectativas e interesse por parte de outras comunidades do Marajó, algumas das quais aderiram formalmente ao pedido de Registro.

Ainda na reunião na 20ª Câmara, cogitou-se a possibilidade do Registro ser visto como estímulo a comunidades mais fragilizadas, e, assim, as ações de salvaguardada poderiam representar uma retomada dessas manifestações. O reconhecimento e a valorização dessa referência permitiriam o ressurgimento de festividades adormecidas. Essa visão do Registro, compactuada aos entendimentos de suas consequências, encaminhou a decisão da Câmara para o reconhecimento do conjunto das festividades na região, não procedendo à exclusão de localidades que poderiam reivindicar esse reconhecimento futuramente.



O debate sobre definição do recorte de uma referência cultural de mesma 'matriz' que se estende por várias localidades também está em pauta na Unesco, que busca soluções para a questão. Como exemplo, em âmbito internacional, a China apresentou para inclusão na Lista Representativa do Patrimônio Imaterial da Humanidade diversos territórios que possuem a referência cultural da produção de seda. Entretanto, o limite desses Registros em série ainda é questionado. No ano de 2012, a Unesco organizou um Grupo de Trabalho para discutir a escala e escopo 'adequados' para os bens culturais imateriais.¹ Para essa situação a Unesco sugere que se avalie o contexto específico da manifestação e o propósito de seu reconhecimento.

Chegou a ser proposto, como alternativa para o caso, a alteração da nomenclatura do bem para "As festividades do Glorioso São Sebastião na região do Marajó, tendo como referência a de Cachoeira do Arari" por sua proeminência na região. Contudo, essa proposta foi recusada devido aos desdobramentos do uso do termo "referência" nesses casos. Pois, poderia suscitar a ideia da utilização desse destaque como o padrão, ou seja, que as demais localidades deveriam reproduzir as características dessa "referência".

Como conclusão, foi sugerido como objeto de Registro as "Festividades de São Sebastião na região do Marajó". Para isso, estabeleceu-se como "região do Marajó" a extensão do arquipélago do Marajó, incluindo a ilha e também as localidades do continente que, do ponto de vista sociocultural, fazem parte do Território Marajó - PA, segundo o *Programa Territórios da Cidadania*². Foi sugerido também pela Superintendente do Iphan no estado do Pará a inclusão do termo "Glorioso" na nomenclatura do bem em seu Registro, como no pedido original feito por Cachoeira do Arari. Esse adjetivo se coloca como essencial, por se tratar de uma forma carinhosa com a qual os devotos tratam o santo, ou seja, uma identificação dos detentores com a referência.

Ao final das discussões foi definido pela Câmara o recorte e abrangência que denomina o bem cultural "As festividades do Glorioso São Sebastião na região do Marajó" como referência a ser Registrada, atendendo aos parâmetros da política de Salvaguarda.

¹ Para uma apreciação das questões debatidas nessa reunião, acessar <http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?pg=00497>. Acesso em: 13 set. 2013.

² Territórios da Cidadania é um programa do Governo Federal, lançado em 2008, que tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Para mais informações sobre o Território Marajó - PA, acessar http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/marajpa/one-community?page_num=0. Acesso em: 13 de set de 2013.



O corpo do processo, em dois volumes, está constituído pelo requerimento de Registro feito pelo Museu do Marajó, solicitação de apoio ao pedido de Registro da festividade feita pela Irmandade do Glorioso São Sebastião de Cachoeira do Arari ao Ministro da Cultura, documento que apresenta o proponente, pequena descrição da festividade em Cachoeira do Arari, fotos da festividade em Cachoeira do Arari, ilustração de cartazes e panfletos de divulgação da festividade em Cachoeira do Arari, atas de reuniões da Comissão de apoio à festividade de São Sebastião de Cachoeira do Arari, notícias de jornal, anuências ao pedido de Registro proveniente de outros municípios além do de Cachoeira do Arari, atas das reuniões da Câmara, documentação referente ao INRC, Dossiê descritivo/interpretativo, assim como das correspondências de encaminhamento do Iphan. Os demais documentos e publicações, reunidos ou produzidos pela pesquisa, em diferentes suportes, constituem os seguintes anexos e apensos do processo:

- Anexo I – Dossiê de Registro – Festividades de São Sebastião na Mesorregião do Marajó;
- Anexo II a) Fichas do INRC Festividades de São Sebastião – Cachoeira do Arari;
- Anexo II b) Fichas do INRC Festividades de São Sebastião (Complementação) – Ilha do Marajó;
- Anexo II c) Relatório Final de Atividades do INRC Festividades de São Sebastião – Cachoeira do Arari;
- Anexo II d) Relatório Final de Atividades - Seminário: A festividade do Glorioso São Sebastião como Patrimônio Cultural Brasileiro;
- Anexo II e) Relatório Final das Atividades de Complementação do INRC Festividades de São Sebastião – Ilha do Marajó;
- Anexo III) BARROS, Líliam. Folias de São Sebastião: um estudo da transmissão musical. Belém/IPHAN: 2a. Superintendência Regional no Pará e Amapá, 2008;
- Anexo IV) LIMA, Maria Dorotéa de; PANTOJA, Vanda. Marajó: culturas e paisagens. Belém: 2a. SR/IPHAN, 2008;
- Anexo V) Dossiê das Festividades de São Sebastião na Mesorregião do Marajó (Versão digital);
- Anexo VI) Fichas INRC Festividades de São Sebastião (Versão digital);



- Anexo VII) Relatórios finais do INRC Festividades de São Sebastião (Versão digital);
- Anexo VIII) CD Fotografias;
- Anexo IX) O Glorioso São Sebastião de Cachoeira do Arari. Documentário do INRC da Festividade do Glorioso São Sebastião. Cachoeira do Arari - Ilha do Marajó – Pará (Vídeo 51min);
- Anexo X) Vídeo (versão curta-metragem);
- Anexo XI) Mapas INRC Festividades de São Sebastião (Versão digital);
- Anexo XII) CD Autorizações de uso de imagem INRC Festividades de São Sebastião;
- Anexo XIII) Áudios parciais INRC Festividades de São Sebastião;
- Anexo XIV) Vídeos parciais INRC Festividades de São Sebastião;
- Anexo XV) CD - Arquivos Ação de Valorização 2007/2008;
- Anexo XVI a) Fichas INRC Marajó (Versão digital);
- Anexo XVI b) Relatório Final INRC Marajó (Versão digital);
- Anexo XVI c) Mapas, capas e imagens INRC Marajó (Versão digital);
- Anexo XVII a) INRC Marajó – Levantamento preliminar microrregião de Portel – 2009. Fichas, relatório final e mapas;
- Anexo XVII b) INRC Marajó – Levantamento preliminar microrregião de Portel – 2009 IM_13 Bagre – Disco 01. Anexo 2 e registros audiovisuais;
- Anexo XVII c) INRC Marajó – Levantamento preliminar microrregião de Portel – 2009 IM_14 Portel – Disco 01. Anexo 2 e registros audiovisuais;
- Anexo XVII d) INRC Marajó – Levantamento preliminar microrregião de Portel – 2009 IM_15 Melgaço – Disco 01. Anexo 2 e registros audiovisuais;
- Anexo XVII e) INRC Marajó – Levantamento preliminar microrregião de Portel – 2009 IM_16 Gurupá – Disco 01. Anexo 2 e registros audiovisuais;



- Anexo XVII f) INRC Marajó – Levantamento preliminar microrregião de Portel – 2009 IM_13 Bagre – Disco 02. Registros audiovisuais;
- Anexo XVII g) INRC Marajó – Levantamento preliminar microrregião de Portel – 2009 IM_14 Portel – Disco 02. Registros audiovisuais;
- Anexo XVII h) INRC Marajó – Levantamento preliminar microrregião de Portel – 2009 IM_15 Melgaço – Disco 02 Registros audiovisuais;
- Anexo XVII i) INRC Marajó – Levantamento preliminar microrregião de Portel – 2009 IM_16 Gurupá – Disco 02. Registros audiovisuais;
- Anexo XVII j) INRC Marajó – Levantamento preliminar microrregião de Portel – 2009 IM_13 Bagre – Disco 03. Imagens e vídeo do Salão Nossa Senhora da Conceição;
- Anexo XVII k) INRC Marajó – Levantamento preliminar microrregião de Portel – 2009 IM_14 Portel – Disco 03 Registros audiovisuais;
- Apenso I) BRAGANÇA DE FRANÇA, Dilene do Socorro. A Festa de São Sebastião de Cachoeira do Arari: O Santo Poderoso e Milagroso do Povo. Belém: UFPA/ Departamento de Ciências Sociais, 2000.

Delimitação e Localização do Bem Cultural

A região do Marajó é composta por três microrregiões. A microrregião do Arari com sete municípios: Cachoeira do Arari, Chaves, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari e Soure. A microrregião do Furo de Breves com cinco municípios: Afuá, Anajás, Breves, Currallinho e São Sebastião da Boa Vista. Por último, a Microrregião de Portel que é composta por quatro municípios: Portel, Gurupá, Melgaço e Breves; contabilizando ao todo 16 municípios. As ilhas encontrado nesta região formam o maior arquipélago flúvio-marinho do mundo, com uma área total de cerca de 62.000 km², juntamente com as Ilhas de Caviana (com 5 mil km²) e Mexiana (com 1,5 mil km²). A área identificada para o Registro abarca as três regiões. As fronteiras espaciais são fluidas em se tratando de festas de santo em função do caráter de trocas entre as localidades, outrora mencionado.

Para entender atualmente as dinâmicas sociais e culturais da região, é preciso antes contextualizar historicamente sua formação. O século XVI foi marcado por conflitos devido às diversas tentativas de incorporação de territórios por exploradores estrangeiros,



especialmente espanhóis, portugueses e holandeses. Com a fundação da cidade de Santa Maria de Belém por Francisco Caldeira Castelo Branco e o estabelecimento de fortes militares portugueses em áreas de interesse geopolítico, a colonização da bacia amazônica adensou-se.

Camilo Caldeira Castelo Branco iniciou a fila dos Capitães-Mores que governaram o Grão-Pará até 1626, subordinados ao Maranhão e, subsequentemente, ao Governo Geral do Brasil. Em 1737, foi assentada, no Grão-Pará, a sede do Governo Geral e somente em 1772 as províncias do Pará e do Maranhão foram separadas. Durante os séculos XVII e XVIII, a defesa da costa atlântica na barra de Belém e foz do Amazonas se deu a partir de três zonas fortificadas: o Forte do Presépio em Belém; a Fortaleza de Santo Antônio em Gurupá e o Forte de São José, origem da cidade de Macapá. (Dossiê, p. 19)

Outra face da colonização, paralela à ocupação militar, foi a ação missionária. Os primeiros missionários a se fixarem na região foram os franciscanos, em 1617, e, logo em seguida, Capuchos de Santo Antônio, Carmelitas, Mercedários, Capuchos de São José e de Nossa Senhora da Piedade. Em 1653, com a chegada do padre Antônio Vieira concretizou-se o estabelecimento dos jesuítas no Pará. As ações missionárias foram responsáveis pela introdução das práticas católicas na região, que incluem as festividades em devoção aos santos e outros repertórios litúrgicos.

A Ilha do Marajó, desde as primeiras ocupações, foi considerada território estratégico pelos colonizadores, tanto do ponto de vista político, quanto pelas riquezas naturais que se acreditava existir na ilha. Conhecida como a Ilha Grande de Joannes, a região era habitada por comunidades indígenas do tronco linguístico tupi e estudos apontam para a presença de grupos das etnias Nheengáibas e Aruãns. As relações desses grupos com os estrangeiros eram diferenciadas, pois já haviam estabelecido relações comerciais de trocas com os holandeses e por isso passaram a tratar os portugueses como invasores. A conquista desses grupos indígenas em guerras significou, para os colonizadores portugueses, a concretização da ocupação daquela área sob o poderio holandês.

Neste contexto, o estabelecimento de missões jesuíticas também se encontra marcado por batalhas sangrentas e tentativas de pacificação. A atuação dos padres da Companhia de Jesus foi determinante na conquista da Ilha Grande de Joannes. Segundo a crônica de Bettendorf, planos de guerra contra os índios foram organizados no governo de D. Pedro de Mello. Mas, somente com a atuação de Padre Antônio Vieira, a conquista da Ilha Grande de Joannes foi efetivada, propondo que as guerras cessassem, e fosse oferecida uma



oportunidade de estabelecimento de paz entre ambas as partes. A partir de então foram divididas as diversas missões no Pará.

Em 1724 a Província do Pará foi elevada à categoria de diocese pela Carta Régia de 24 de maio de 1724, cuja divisória territorial com a província do Maranhão foi demarcada pelo rio Gurupi, e, com a província de Goiás, pela cachoeira do Tocantins. A diocese foi dividida em três Vigararias Gerais, sendo a primeira a da Metrópole da Província, que abrangeu, entre outros, os diversos lugares da Ilha Grande de Joannes: os lugares de Breves, Cachoeira, Condeixa, Chaves, Monsarás, Mondim, a Freguesia do Muaná, Monforte, o lugar de Ponta de Pedras e as Vilas de Salvaterra e Soure. (Dossiê, p. 22)

A ocupação missionária é responsável pela introdução do gado bovino como base econômica local. Religiosos mercedários são os primeiros a estabelecer fazendas deste tipo na região. Em 1702, essa economia é reforçada pela determinação de que os moradores do Pará transmutassem suas roças para ilha com o gado vacum e os cavalos trazidos de Cabo Verde em 1644.

A presença afrodescendente no Marajó está relacionada com a necessidade de escravos para trabalhar nas fazendas. Os primeiros escravos africanos foram levados para a Amazônia no século XVII por ingleses para atividades relacionadas ao plantio de cana-de-açúcar. Nesse século, a adoção do Regime do Diretório³ para tratar com as populações indígenas acabou esvaziando os antigos aldeamentos, aumentando a carência por mão de obra. Essa herança africana pode ser vista em diversas expressões culturais, mas principalmente nas danças e gêneros musicais, como o Lundu e a Dança do “Prezinho da Bacabeira”. As ruínas das antigas fazendas produtoras de açúcar constituem marcos memoriais da escravidão – que se revela nas narrativas orais desta população.

Com o aumento da exportação de cacau, comandada pelo governo da província do Grão-Pará, urgiu uma maior inserção do trabalho escravo africano, que passou a substituir paulatinamente a mão de obra indígena. Belém tornou-se um centro receptor e distribuidor de escravos negros na região amazônica. As principais etnias trazidas pertenciam aos grupos Banto (Angola, Congo, Bengulea, Cabinda, Moçambique, Moxicongo, Mauá ou Macua,

³ Regime do Diretório – “legislação criada em 1757, inicialmente para a Amazônia e depois estendida às demais regiões da América portuguesa, lançou as bases da política assimilacionista. A intenção era transformar as aldeias em vilas e lugares portugueses e os índios em vassalos do rei, sem distinção alguma em relação aos demais vassalos. Apesar das mudanças, o Diretório manteve, em grande parte, as diretrizes básicas do Regimento das Missões, no que diz respeito à organização do trabalho indígena e sua repartição, bem como aos direitos e obrigações dos índios aldeados. A grande mudança foi o incentivo à miscigenação e à presença de não índios no interior das aldeias, como medidas necessárias para promover a assimilação.” (Fonte: <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=381&sid=51>. Acesso em: 15 de set de 2013.)



Caçante), nações do grupo Sudanês (Mina, Fânti-Achânti, Mali ou Maí ou Mandiga, Fula, Fulupe ou Fulupo, Bijogô ou Bixagô) e nações do grupo Guiné-Sudanês (Calabar ou Carabá e Peuls).

Em meados do século XIX, a pecuária despontava como principal atividade econômica na região, tendo como trabalhadores negros escravos, livres e índios. Os pagamentos consistiam em farinha e permissão para cultivar nos terrenos próximos às suas plantações. Nas fazendas de gado, a mão de obra negra era predominantemente empregada no ofício de vaqueiro. Relatos de Alfred Wallace (Dossiê, p. 23), quando de sua passagem pela ilha, na década de quarenta, confirmam a forte presença do ofício de vaqueiro na região e de outras manifestações do cotidiano dos trabalhadores das fazendas, como as cantorias realizadas ao som de violas, que improvisavam sobre os acontecimentos do dia e também entoavam hinos em ação de graças. Sobre as expressões religiosas, descrevem ofícios católicos sendo realizados por velhos negros na capela das fazendas. Presume-se que os cantos entoados em latim eram, em parte, da liturgia da Igreja Católica Romana, revelando que os presentes participavam com grande fervor, embora não compreendessem nas palavras o que estavam respondendo. "A prática de tais ofícios religiosos, de certa maneira desvinculados da diocese, ainda permanece em diversas localidades na microrregião do Arari, acompanhados do mesmo repertório de ladainhas em latim, aprendidas de ouvido e transmitidas por gerações." (Dossiê, p. 24)

As primeiras terras do Marajó que sofreram a colonização foram aquelas circunscritas à microrregião do Arari, com forte presença da atividade missionária nesse processo, principalmente os Jesuítas. As atividades dos missionários não se restringiam à catequese, mas também, ao cultivo de produtos agrícolas e criação de gado. Logo tornaram-se grandes proprietários de terras, empregando mão-de-obra indígena e negra. Posteriormente, com a expulsão das ordens missionárias, essas propriedades foram transferidas a particulares. Assim, consolida-se a presença de grandes famílias, como Bezerra, Chermont, Lobato, Miranda e Montenegro, na produção de lavouras de cana-de-açúcar, arroz, café, milho, algodão, mandioca e cacau, além do grande desenvolvimento da pecuária. Ao longo do Século XVIII inicia-se um processo de doação de sesmarias para a criação de gado, principalmente nas proximidades do rio Arary e áreas situadas nas ilhas de Caviana e Mexiana.

A pecuária bovina e bubalina na região dos campos do Marajó permanece, atualmente, como um dos mais importantes setores da economia local. Essa atividade



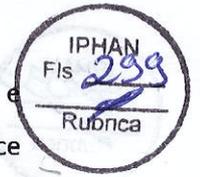
perpassa o imaginário do marajoara constituindo fonte de criação para muitas expressões culturais como o boi-bumbá, as chulas, os carimbós, entre outros.

A população, em geral, possui baixa renda e é composta, em grande parte, por pescadores e vaqueiros, residentes em “retiros” - são casas afastadas da “casa principal” das fazendas. São edificações construídas em locais estratégicos - feitas em madeira do tipo palafita - em função das cheias dos rios, muito comum na região quando os campos tornam-se alagados e as águas beiram as varandas das casas. As comunidades pesqueiras, normalmente, se localizam as margens das praias dos rios, como a Comunidade Pesqueira de Soure. Em outros casos as comunidades tradicionais de pescadores e comunidades remanescentes de quilombos localizam-se no interior das fazendas, essas situações muitas vezes geram conflitos, que giram em torno da propriedade das terras. É importante destacar que devido a essa forma de organização social das comunidades marajoaras, percebe-se que as “devoções familiares” das festividades a São Sebastião, nesse contexto, não estão descoladas das práticas comunitárias – como discutiremos mais adiante.

Essas comunidades possuem relações intrínsecas de manejo do meio ambiente, que constituem a forma pela qual desenvolvem a produção artesanal, entre outros conhecimentos associados. Como exemplo, a produção de panelas na Vila do Ceará em Salvaterra vincula as fases lunares aos momentos ideais de trato com o barro. A medicina tradicional⁴ é muito marcante na região, ligada também a procedimentos de cunho religioso, o que torna comum a presença de curandeiros, raizeiros, benzedores, pajés, erveiras, parteiras e umbandistas. O Levantamento Preliminar das Manifestações Culturais do Marajó (2004) aponta para a essa rede de conhecimentos que envolvem o meio ambiente, o universo sobrenatural e as práticas religiosas e terapêuticas. Em muitos casos, a única alternativa de atendimento de saúde na região é por meio da medicina tradicional, visto que, em todo Marajó, o serviço de saúde pública é precário ou inexistente em função das grandes distâncias e a dispersão populacional. Os hospitais e postos de saúde se concentram apenas nas sedes dos municípios.

A vida marajoara é assolada por problemas sociais graves, além dos deficientes serviços de educação e saúde, e as dificuldades de acesso aos mesmos. Existem situações gritantes de exploração sexual infantil, prostituição, tráfico de drogas, degradação ambiental, violência, falta de estrutura de saneamento básico e alto nível de mortalidade infantil. Estas

⁴ Aqui se entende por medicina tradicional aquela utilizada por populações e comunidades tradicionais que utilizam de conhecimentos passados de geração a geração, bem como por seu constante aprimoramento permitido pela íntima relação dessas comunidades com meio ambiente que os cerca, do qual retiram grande parte dos recursos para o preparo de remédios caseiros.



situações ainda são agravadas pela precariedade de serviços de transporte, comunicação e fornecimento de energia elétrica. Nesse contexto, muitas vezes a devoção religiosa aparece como a possibilidade de conseguir melhores condições de vida, por meio de promessas e alcance de graças. Entretanto, a devoção não se restringe apenas a graças materiais e envolve diversas esferas da vida marajoara. Em particular a devoção a São Sebastião, como se verá adiante, é dotada do sentimento de auxílio e defesa, sendo o santo considerado advogado e protetor dos fazendeiros, vaqueiros, pescadores e seringueiros.

As Festas de santo, tendo em vista as dificuldades de acesso e locomoção, constituem importantes momentos de deslocamento populacional e de sociabilidade. Impossibilitados de se deslocar muitas vezes por ano no interior do arquipélago, aproveitam as ocasiões dos festejos para realizar serviços, fazer negócios e encontrar conhecidos e parentes. É muito comum que calendários festivos religiosos coincidam com datas de casamentos, batizados, início de namoros, além dos reencontros de parentes e amigos.

Os festejos religiosos, como a maioria dos rituais do catolicismo popular brasileiro, são momentos de fé e festa; para o devoto popular é difícil ver de forma separada as missas, rezas, ladainhas e procissões, das festas de barracões, dos arraiais e dos festejos que acontecem em torno dos mastros dos santos que se festeja. (Dossiê, p.31)

Diferente da concepção eclesiástica do catolicismo, no qual o contato com o sagrado deve ocorrer por meio de um mediador autorizado, no catolicismo popular as santas e os santos podem ser acessados por todos, sem a presença necessária de um sacerdote da Igreja. No contexto religioso amazônico, santos e santas fazem parte de práticas religiosas não estritamente católicas. Mesmo se observando um "catolicismo" dominante, o repertório religioso da população marajoara também envolve matrizes africanas e indígenas, o que pode ser constatado nos altares, orações e rituais de umbanda e pajelança espalhados por toda a região. Das manifestações culturais e religiosas de maior relevância é justamente aquela em homenagem a São Sebastião que possui maior recorrência. A história deste santo e sua relação com a identidade do povo Marajoara pode ser elucidativa sobre o motivo pela qual esta referência se torna tão marcante e recorrente na região.

A imagem do santo

A história de São Sebastião como de muitos santos perpassa fatos heroicos e de sofrimento, sendo a ideia de martírio central na vida desses personagens. Sebastião foi um soldado romano morto no Século III a mando do Imperador Diocleciano no contexto da



perseguição romana aos cristãos. Foi condenado a morrer crivado por flechas por ser considerado pouco severo com os cristãos que tratava. Milagrosamente, mesmo tendo sido atingido por várias flechas – simbologia recorrente em suas representações iconográficas – não morreu e foi socorrido por Santa Irene. Sobreviveu à morte e continuou fiel a suas crenças. Logo, foi levado novamente ao imperador sendo condenado à morte por espancamento, ainda assim sobrevivendo, até que seu destino final foi ser transpassado por uma lança.

— Seu culto teria surgido no século IV e atingiu auge nos séculos XIV e XV. Uma basílica construída em sua honra tornou-se centro popular de devoção e peregrinação durante a Idade Média. Em Portugal há pelo menos 92 igrejas em sua homenagem, e no Brasil é padroeiro de 144 paróquias. Supostamente, essa devoção foi levada à região do Marajó no período da colonização portuguesa.

De acordo com Varella o culto a São Sebastião surgiu na Idade Média, quando epidemias de peste bubônica devastavam a Europa. Sebastião, o centurião pagão que sofreu perseguição por sua conversão ao cristianismo e sobreviveu apesar de ter o seu corpo crivado de flechas, passou a ser considerado o protetor contra a peste. E, nessa condição teria sido apresentado aos indígenas da Ilha do Marajó pela catequese jesuíta. (Dossiê, p. 36)

— Nas mãos dos artistas locais, seja nas bandeiras ou nos bustos de gesso, o santo ganha estética particular. Por influência da Renascença, o Santo – antes retratado como um homem idoso de barbas – foi transformado em um jovem desnudo, supliciado por flechas. A relação dos leigos devotos do catolicismo popular com as imagens dos santos é muito particular, sendo constituída por uma mistura de respeito e zelo, e algumas vezes por temor. Mas, também, por muita informalidade, como se o santo fosse uma pessoa na terra e não um ente sobrenatural. O caráter intimista e familiar da relação entre os devotos e São Sebastião é um importante aspecto a salientar na descrição dessas festas. A proximidade com o santo permeia o cotidiano das pessoas e permite o acesso facilitado à esfera espiritual da vida. Essa entrada na esfera espiritual se dá principalmente no âmbito ritual, seja nas missas, nas procissões, nas ladainhas.

— Vale ressaltar que, em sua maioria, as festividades se iniciam a partir do envolvimento simbólico com as “imagens”, seja por terem sido “encontradas” ou terem intermediado ou propiciado milagres. As histórias das relações das famílias e comunidades com as imagens do santo reverenciadas em suas festividades são muitas. O relacionamento com as imagens





constituem o eixo principal das festividades. Em alguns casos, a imagem do Santo pertence às famílias que organizam a festa em sua homenagem, em outros foram doadas a paróquia local.

Percebe-se que existe uma associação dos atributos do santo às características locais e regionais, transferindo a atuação do santo ao universo próprio de cada região. São Sebastião é tido como protetor, pai, professor, amigo íntimo, aquele a quem se pode recorrer, assim como é associado às virtudes do guerreiro, como força, resistência, coragem e lealdade. Tais características são identificadas como aquelas presentes no marajoara, que precisa ser forte frente às adversidades da vida. Na região dos Campos, São Sebastião é reverenciado como padroeiro dos vaqueiros, e o imaginário referente à festividade vincula-se aos campos e alagados típicos da região, além de outros bens associados às atividades das fazendas. Na região dos Furos, a imagem de São Sebastião percorre rios e igarapés em “cascos” ou “montarias” com comissões ou apenas com os rezadores, sendo reverenciado como protetor dos seringueiros, pescadores e agricultores, assim, associado às atividades ligadas ao extrativismo, cultivo da terra e a pesca.

É nessa condição de protetor e ‘advogado’ que São Sebastião convive com as populações marajoaras. Mas essa convivência não é apenas imaginária, ela tem implicações na vida real das pessoas, como marca dessa aliança real e não apenas virtual entre devoto e protetor, pode-se dizer que a imagem do santo é uma espécie de materialização dessa relação. Assim, paradoxalmente, as imagens dos santos ganham uma dimensão no catolicismo popular, que extrapola a materialidade ao mesmo tempo em que são objetos de materialização da fé. (Dossiê, p. 41)

O santo também é reconhecido por seu aspecto dual que envolve respeito e medo, ou seja, ao mesmo tempo em que é amado por seus devotos também é digno de temor. As narrativas de benção são muitas, mas há também as que contam sobre provações passadas por aqueles que não cumprem suas promessas, negam as procissões ou mesmo desrespeitam o santo. Se por um lado o aspecto guerreiro e de defensor é exaltado por seus devotos, por outro, o santo é lembrado pelas vinganças contra aqueles que duvidam de seus poderes.

No sincretismo religioso brasileiro São Sebastião, ou rei Dom Sebastião, também é referenciado como Oxóssi, orixá das matas e da caça. Na Umbanda é considerado patrono da linha dos caboclos, trazendo as plantas que atuam para o bem-estar físico e espiritual dos seres humanos. É o conhecedor das ervas e o grande curador.

A imagem de São Sebastião está sempre presente nos altares. Sua devoção é um fato nas residências e, ainda que existam outras imagens reverenciadas nesses altares, também são encontradas nos altares das igrejas. Os altares a São Sebastião normalmente são nas cores



vermelha, branca e verde, ornados com flores e folhagens. Durante a procissão do santo também é possível observar pequenos altares improvisados em frente às casas para homenagear a passagem do santo. Os altares decorados representam tanto a própria presença do santo nas residências, quanto a honra de receber as procissões em casa durante as esmolações. Também é comum o uso de bandeiras, que constituem uma herança do modelo de festas de santo implementado pelos jesuítas. As bandeiras em homenagem a São Sebastião costumam ser brancas com a imagem do santo ao centro. São confeccionadas por artesãos locais e em alguns casos mandadas fazer na cidade mais próxima dos centros urbanos.

“Pode-se dizer que por ocasião da festa não há uma residência católica que não tenha a imagem do santo em sua sala, seja um santinho no altar, uma pintura, um cartaz da festa do ano anterior ou mesmo um calendário que reproduza a imagem de São Sebastião.”
(Dossiê p. 67)

A figura do “dono” ou “dona” de santo é uma constante no catolicismo popular. Principalmente no interior do Marajó, as festas de santo são feitas por famílias “donas” do santo. As pessoas que desenvolvem atividades em torno da festa ganham um status diferenciado por exercerem esse papel, sendo visto como uma posição de prestígio. A ocorrência de donos e donas de santo pode ser entendida como sinal da ausência física da Igreja Católica na Amazônia, o que ocasionou formas próprias de gerenciar a vida religiosa. Atualmente, mesmo com a presença mais intensa da Igreja, é muito comum a realização das festas de santo de família. A identificação de famílias como proprietárias das festas ocorre em função da tradição familiar na realização daquela celebração, pelo pertencimento da imagem àquela família há muitos anos, assim como pelo fato da festa ocorrer em terreno de propriedade da mesma. O caráter hereditário fortalece o envolvimento comunitário dos festejos. A devoção e compromisso de fazer a festa são herdados e passados geração a geração. A transmissão familiar da responsabilidade em organizar o festejo também pode implicar no fim deste quando ocorre a morte de pessoa responsável por sua manutenção.

— O caráter de mobilização comunitária da manifestação é muito marcante, pois envolve muitas ocasiões além dos dias de celebração. Desde sua preparação, em meados do primeiro semestre até o período efetivo da festividade, entre 10 a 20 de janeiro, as reuniões coletivas e encontros em torno da organização são muitos. Mas a expressão maior desse envolvimento comunitário revela-se na união coletiva com a espiritualidade. Esse momento de catarse social - quando agradecimentos por curas, demonstrações de graças alcançadas, confraternização ou até mesmo situações de brigas e flagelos acontecem - representam os conflitos sociais e psicológicos da vida e revelam a constituição da identidade marajoara.



As festividades do Glorioso São Sebastião

A característica fundamental da religiosidade marajoara é o aspecto festivo de devoção aos santos e santas do catolicismo. Geralmente, essa devoção ao santo envolve uma série de atividades que se repetem todos os anos. Cada localidade do Marajó que realiza a festividade para o Glorioso São Sebastião possui suas especificidades de acordo com a teia de relações constituídas na comunidade, com variações das comissões, representantes, responsáveis, e o maior ou menor envolvimento da Igreja. Os elementos simbólicos de cada local se revelam na devoção e nas representações durante a festividade, que incluem as atividades que vão compor cada calendário. Contudo, de forma mais ampla, as festividades de São Sebastião na região do Marajó possuem uma estrutura geral que se altera pelas especificidades locais. O calendário cíclico se resume a preparação da festividade e a oferta a São Sebastião.

Esta estrutura geral é composta pelo período de esmolação que consiste na peregrinação de um grupo de foliões pelas regiões em do torno do local da festa coletando donativos para o santo. A duração pode ser de uma semana a seis meses. Começa em geral no início de agosto e vai até janeiro. Existem poucas mudanças no percurso da esmolação de ano para ano, os foliões conhecem “de cabeça” quais são as casas onde devem passar. Em alguns casos, como o da Comissão de Cachoeira do Arari, a esmolação chega a percorrer vários municípios. Existem peregrinações que se deslocam até Belém e Região Metropolitana. Há ainda a prática da esmolação em botes, típicos da região dos Furos.

“Os relatos orais demonstram num tempo passado, por volta da década de 60 ou 70, o encontro das comissões de vários santos – tantos quantos os da “corte do céu” – nos campos e nos rios. Os senhores idosos falam de comissões que vinham de Abaetetuba, de Curuçá com São Benedito Achado, de Gurupá, o São Benedito de Gurupá. O encontro dessas comissões era ditado pelo ciclo das festividades, pelo calendário local que situa cada uma delas. Nesses encontros os foliões entoavam as folias uns para os outros, cruzavam as bandeiras e trocavam instrumentos musicais. Tais comissões chegavam a esmolar até na costa de Marajó, no rio Arapixi, e a comissão de São Sebastião de Arapixi, por sua vez, chegava a esmolar até Santa Cruz do Arari.” (Dossiê, p. 60)

O Início da festividade é celebrado com uma alvorada, a missa de abertura (no caso das festividades vinculadas à Igreja) e o levantamento do mastro, iniciando o ciclo de comemorações. De fato o ritual que circunda o mastro é um dos mais importantes. O levantamento do mastro representa sempre o início da festividade e sua derrubada, o final. Assim, o período de preparação e esmolação pode ser comparado com a semeadura e a



festividade em si o período de colheita, ou a celebração pela boa colheita, quando os devotos podem agradecer pelas graças recebidas. A Festa propriamente dita tem uma duração de uma semana a dez dias. Ao longo desse período ocorrem ladainhas à noite, festas dançantes nos barracões, arraiais com barraquinhas de comidas e bebidas, brinquedos e outras confecções como roupas, objetos importados, bijuterias. O arraial é ponto certo do encontro das pessoas durante as festas. Nas festas menores existem poucas barracas; proporcionalmente, aquelas de maior expressão possuem maior número de barracas e de gêneros à venda, pois tudo depende da capacidade de deslocamento dos vendedores de outras cidades e até mesmo de outros estados. Os bingos e leilões também estão presentes tanto nas festas de maior expressão como naquelas mais simples. Acontecem nos barracões do santo e são realizados com doações de devotos para o pagamento de promessas, como animais de cria, bolos e frutas.

— As procissões acontecem em praticamente todas as festividades, passam pelas Igrejas, praças e residências com imagens do santo e símbolos ligados a ele, como fitinhas e balões nas cores vermelho e verde. Esses percursos se mantêm de ano para ano, constituem um trajeto pelos locais sagrados. Em algumas cidades do arquipélago esses trajetos são marcados por arcos com fotos e dizeres do santo, balões, fitas e bandeirinhas. Anteriormente, eram comuns as procissões fluviais, entretanto, tal prática passou a ser desestimulada pelas paróquias em função de acidentes ocorridos ao longo dos anos.

— O final das festividades é marcado pela derrubada do mastro, procissão principal e missa solene, ou em alguns casos, ladainha final. As festividades realizadas desvinculadas da paróquia local não possuem missas, uma vez que o padre só aparece naquelas vinculadas às Igrejas. As festas dançantes completam a conclusão das festividades, prolongando-se até o dia seguinte.

— A organização da festividade conta com a presença de uma equipe gestora, vinculada ou não à estrutura da Igreja. A maioria das festividades possui vínculos com a paróquia local, que algumas vezes é a responsável pela manutenção e organização. A pesquisa de instrução do pedido revela, entretanto, que existe grande número de festividades familiares ocorridas às margens da esfera paroquial e muitas não reconhecidas pela Igreja. Essas devoções familiares possuem histórico de mais de cem anos. Os níveis de inserção da Igreja na festividade variam bastante. As festividades de caráter familiar apresentam modelo gestor que geralmente obedece a critérios de herança familiar ou em alguns casos de força política ou poderio econômico de determinados grupos na comunidade. A estrutura organizacional gira em torno



dos cargos de presidente, vice-presidente, juiz de mastro, festeiros, mordomos, promesseiros, foliões, tamborineiro, bandeneiro, rezadores e outros, variando em cada caso. A presença desses cargos e funções sociais da festa acaba por refletir no seio da festividade a estratificação social que permeia aquela sociedade. Essas estruturas de organização são denominadas de diretoria ou comissão, ou simplesmente estão ligadas a uma família e seu encargo. De qualquer forma, sempre há uma hierarquia ou divisão das funções. Em geral essas funções estão ligadas a momentos rituais da festividade, tais como a "levantação" do mastro. As festas de santo aglutinam todos os estratos populacionais do Marajó envolvendo desde os pescadores e vaqueiros, até os funcionários públicos, os comerciantes e os fazendeiros.

A história dos municípios na região do Marajó também pode ser lida por meio da relação dos devotos e famílias com a Igreja Católica. Como exemplo, a doação de terras para Igreja por parte família proeminentes, bem como outras relações de trocas de favores. Até o final do século XIX e início do século XX, tais famílias mantinham as festividades financeiramente, com a chegada da Diocese em Ponta de Pedras (envolve os municípios de Cachoeira do Arari, Curralinho, Muaná, Ponta de Pedras, Santa Cruz do Arari e São Sebastião da Boa Vista), em meados da década de 1960 e início da década de 1970, e a Prelazia do Marajó (compreende os municípios de Anajás, Breves, Melgaço, Bagre, Portel, Salvaterra, Soure e partes dos municípios de Afuá, e Pacajá) essa incumbência foi passada em grande parte para a Igreja.

Com a presença mais marcante da Igreja na região do Marajó alguns conflitos se instalam entre representantes da Igreja e a comissão de foliões e festeiros. Esses conflitos entre leigos e clérigos giram em torno do modelo de festa de santo praticado pelos foliões e aqueles idealizados pela Igreja.

O auge da questão se dá com a proibição da prática de esmolação no ano de 1966, um ano após a nomeação do bispo. De 1966 até 1988 a Festividade de São Sebastião continuou a acontecer todos os anos, mas não a folia. Em 1988 por um conjunto de forças leigas, a esmolação voltou a ser realizada, no entanto, nesse novo contexto, ela é toda pensada e gerenciada pela Igreja. As principais alterações se deram em dois pontos: os foliões passam a ser contratados e pagos pela Igreja, o que significa que é a Igreja que passa a cuidar das finanças da festa, transformando os foliões em prestadores de serviço, com pagamento de "salário" e tudo, e as folias deixam de acontecer com a imagem de vários santos ao mesmo tempo, sendo feita apenas com a imagem de São Sebastião. Isso ocorre em Cachoeira do Arari e na Vila Arapixi no município de Chaves. Na Ilha do Pará, em Afuá, há folias para outros santos.

Atualmente há em Cachoeira do Arari uma espécie de profissionalização do ofício de folião, os mesmos recebem "salários",



são indicados e “vigiados” pela Igreja que, mesmo não tendo um padre fixo, se faz presente com padre “visitante” por ocasião da festa, além de fazer questão de concentrar o processo de organização, gerência e contabilidade desta. (Dossiê, p. 72)

No contexto atual a Comissão de Foliões passa por um processo de valorização por parte da Igreja, visto que essas comissões chegam a lugares distantes das sedes dos municípios, sendo um forte instrumento de evangelização católica, em vários casos a única forma de contato entre a Igreja e fiéis que não podem se deslocar até um templo na sede do município. Em Cachoeira do Arari, nos anos de 2007 e 2008, o percurso das esmolações foi realizado como o auxílio de um “Livro das Peregrinações”, que tem em seu conteúdo “orientações” para a feitura da folia, de forma evitar interpretações e práticas que não estejam de acordo com o evangelho. A quantidade de lugares que as comissões passam para esmolação, a exemplo as fazendas, são de muita importância do ponto de vista prático, visto que se menos fazendas são visitadas a arrecadação é menor, o que poderia comprometer o orçamento das festividades. Existem narrativas que afirmam sobre castigos divinos ocorridos aos que rejeitam as comissões. Em Cachoeira do Arari e Vila do Arapixi foram ouvidos relatos sobre doenças, perda de gado, incêndios ou desastres naturais como trovoadas e alagamentos aos que negaram receber as comissões.

Música, rezas e ladainhas

Os rituais da festividade possuem repertório musical próprio, que constituem herança da catequese católica, especialmente jesuíta, implementada ao longo da colonização da região. De acordo com o Dossiê de instrução do Registro as músicas relacionadas às festas de santo no Marajó podem ser divididas em três categorias:

1. Rezas – nessa categoria observou-se a proeminência do repertório de ladainhas, de extrema sacralidade e simbolismo no imaginário marajoara;
2. Itinerário do santo – observou-se a presença de um repertório musical específico e em situação de vulnerabilidade – as folias. Essas foram identificadas em Cachoeira do Arari, na Vila do Arapixi e em Afuá. Nas outras localidades as folias já fizeram parte das festividades, mas atualmente revelam-se apenas na memória dos mais velhos. Estão associadas à prática de esmolação, executadas por um grupo de foliões. Esse repertório apresenta diferenciações rítmicas e estilos de tocar bem definidos. O grupo musical é formado por violas, violões, triângulos, tambores e, em alguns casos, reco-reco;

3. Translado do mastro – essa categoria é constituída pela atuação de grupos musicais formados por instrumentos de sopro, como bandas de música ou com pequenos grupos com dois ou três instrumentos de sopro. Tais grupos animam o cortejo dos mastros tocando músicas alegres como marchinhas de carnaval, sambas e outros gêneros. Em alguns casos são contratados pela diretoria da festa, em outros são músicos da própria localidade.

As bandas de música estão presentes nas festividades, sejam elas cívicas ou religiosas. Podem ser consideradas como um dos principais espaços para ensino de música no Marajó, assim como em todo o interior do Pará. Em São Sebastião da Boa Vista e Breves grupos formados por jovens costumam tocar repertório do hinário católico mais conhecido para dinamizar as missas, os grupos são compostos com instrumentos de bandas “modernas” como teclados, guitarras, violões, bateria, além das vozes. Em Breves além dos grupos musicais existem os corais e a Liga Católica. Relatos de participantes da festa contam que antes os bailes eram animados por grupos de ‘jazz’, composto por trompete, trombone e outros instrumentos de metais e percussão. Alguns músicos antigos contatados relataram a ocorrência desses “grupos de jazz” cujo repertório musical era constituído por gêneros dançantes como mazurca, bolero, valsas, foxtrote, sambas e marchas.

Segundo os próprios músicos contatados na pesquisa, existem duas categorias de grupos musicais de acordo com sua autenticidade em relação à tradição musical: os Grupos Folclóricos e os Grupos Parafolclóricos.

“Os Grupos Folclóricos são constituídos por músicos tradicionais, de comunidades tradicionais (remanescentes de quilombolas, por exemplo) que executam os gêneros musicais tradicionais de sua comunidade, como o lundu, carimbó, chula e outros. Os Grupos Parafolclóricos, por sua vez, são constituídos por músicos não necessariamente oriundos de comunidades tradicionais e que realizam releituras dos gêneros musicais tradicionais marajoaras, estilizando-os. Tais grupos apresentam-se inseridos principalmente no mercado turístico da região do Marajó, mas fazem parte do palco das festividades com apresentações durante os arraiais.” (Dossiê, p. 87).

Praticamente, não existem mais *luthiers* que confeccionam os instrumentos musicais utilizados pelos grupos e bandas.

A prática musical entre as missões religiosas era comum na Amazônia e especialmente no Marajó. As ladainhas são uma herança do processo de catequese católica. A liturgia católica foi proferida em latim até meados de 1960 - o Concílio Vaticano II realizado, em 1961, instituiu o



ofício litúrgico em língua vernácula. Com a criação das Comunidades Eclesiais de Base - CEB e da diocese de Ponta de Pedras, as ladainhas perderam espaço para os cultos dominicais, alterando seu contexto para outra estrutura litúrgica. Quando não existiam as CEB's o padre aparecia nas comunidades poucas vezes no ano. Os rezadores de ladainha e os rezadores de terço eram os principais responsáveis por disseminar o sentimento religioso. Durante todo o ano a fé se mantinha nas famílias por meio da reza do terço e das ladainhas. Em geral, eram essas pessoas que faziam promessas de cantar ladainhas para o santo. Atualmente, as ladainhas são cantadas durante as festividades, geralmente à noite, e durante as esmolações, na casa dos devotos que recebem as procissões. A ladainha é imbuída de sentimento, respeito e carinho, dessa forma trata-se de uma homenagem. O contexto privilegiado de sua realização existe em função da imagem do santo, seja na casa das pessoas ou na Igreja. A presença do santo e dos rezadores cria uma atmosfera de sacralidade e solenidade. O que sustenta esse momento é a fé coletiva, em seu caráter social envolve a marcação da estrutura familiar e da confraternização em torno do santo.

O repertório das ladainhas é composto por cantos em latim e em português, normalmente uma coletânea de 6 a 10 músicas, que em geral segue a ordem: Introdução – Pai Nosso – Ave Maria - Glória – Kyrie - Oferecimento – Salve Rainha – Despedida. Havendo variações de acordo com a localidade. Em Cachoeira do Arari, por exemplo, o repertório da ladainha é composto por seis cânticos. O repertório também se altera conforme o motivo pelo qual se reza, variáveis que implicam em omissão ou introdução de elementos. Há também o hino a São Sebastião que pode ser incluído na reza.

As ladainhas são constituídas por uma estrutura coro-solista, ou seja, possui a figura do capitulador (o rezador ou rezadores) e o respondedor, que pode ser um grupo de mulheres ou uma assistência local. Essa estrutura recebe diversas denominações pelos rezadores capitulador/respondedor, rezador/pegadeiras, entre outros.

Cabe observar a existência da polifonia de duas, três ou até mesmo quatro vozes. As nomenclaturas para as vozes são o baixo, o contrabaixo, o tenor e o contralto.

“Quando não estão presentes todas as vozes, pode ocorrer a reza apenas a uma voz, sendo necessário, então, a presença de alguém para responder, geralmente uma mulher. Em várias localidades foram identificadas dois tipos de ladainhas – a cantada e a rezada” (Dossiê, p. 98).

A ladainha rezada é feita em português e nem sempre possui conteúdo melódico, na maioria dos casos é apenas falada, já a ladainha em latim é cantada.

Primordialmente, esse repertório acontecia sempre aos domingos e significava o único momento de confraternização religiosa das comunidades dos interiores, onde não havia padre e a figura do rezador se destacava como liderança religiosa. Não fosse isso, certamente, essa manifestação estaria extinta. O ofício de rezador é um dos que mais se destaca para a festividade, pois acumula a função do responsável pelas rezas e a do detentor do conhecimento e do repertório das ladainhas. Os rezadores possuem grande fé no santo e sabedoria sobre sua história e feitos, assim, na atividade de rezador, os milagres e castigos que contam encorajam os fiéis a perpetuarem a devoção.

Na pesquisa foi observado que em todos os municípios que integram a região Marajó existe o ofício do rezador. Os que foram contatados na pesquisa eram, na maioria das vezes, pessoas de idade mais avançada. Possuem prestígio junto à comunidade pela sua sabedoria e dom. Por serem vistos como lideranças religiosas, muitas vezes estão vinculados à estrutura da Igreja na coordenação de pastorais. Possuem, em geral, timbre de voz e tessitura vocal grave e volumosa, uma vez que sua voz precisa ser ouvida por todos no local em que se reza a ladainha. Também precisam ter boa memória para ser solista e não errar as entradas e entonações. Nos momentos recitativos são capazes de manter a afinação e uma única nota com uma cadência final. Costumam trabalhar em conjunto e atuarem nas comunidades da redondeza, fazem essas ações gratuitamente, mas em alguns casos recebem pagamento por parte daqueles que os convidam.

Os rezadores, em geral, aprenderam com os pais ou algum familiar próximo, tendo se revelado ainda jovens como possuidores do dom ou perfil para executar tal tarefa; achegaram-se a tios, avós, bisavós, tomaram o exemplo e conseguiram aprender a rezar as ladainhas. Alguns aprenderam com mestres, em outros casos tiveram aulas em turmas organizadas, algumas apenas com moças e professoras de ladainhas, essas aulas eram ministradas nos colégios que estudaram. Atualmente, verifica-se uma fragmentação no processo de transmissão desse repertório, ainda que haja esforço por parte dos rezadores e da comunidade em manter a tradição. O aprendizado não é tarefa fácil, uma vez que se trata de um repertório muitas vezes cantado em latim e que dura cerca de vinte minutos, com entonações e ritmo prosódico, o que exige memória e capacidade vocal. A transmissão ocorre por processo oral e, atualmente, também escrito. Os rezadores que não possuíam o domínio da escrita haviam aprendido apenas ouvindo e repetindo, outros já possuíam caderninhos com suas anotações.



Durante os momentos de ladainha, também é comum ver participantes usarem cópias escritas das ladainhas, fato que acelera o processo de transmissão entre aquele que já possuem o perfil de rezador. Segundo os próprios rezadores, as ladainhas não podem mudar. Essa característica potencializa o valor do processo de transmissão, não havendo espaço para improvisação.

As rezas podem ter caráter formal ou informal, ou seja, ligadas ou não a cerimônias da Igreja Católica. As rezas, geralmente, são realizadas por leigos que, participando de movimentos ligados à Igreja, adquirem algum conhecimento da liturgia e passam também a gerenciar atividades no calendário das festividades. Essas atividades podem ser encontros realizados na casa dos leigos para leitura de partes do evangelho, reflexão acerca das histórias da vida do santo, cânticos e a feitura da reza em si que envolve terços e salve a rainha. As rezas são uma espécie de preparação para festa, por isso muitas vezes ocorrem dias antes das celebrações.

Outros bens culturais relacionados à festividade

Outras atividades estão envoltas no contexto das festas de santo e reforçam o caráter de sociabilidade da mesma.

A *Luta Marajoara* foi identificada principalmente na região dos campos e se concentra na festividade do Glorioso São Sebastião. Atua como parte do entretenimento no traslado do mastro e nos trabalhos de ferra do gado nas fazendas. A luta acontece no corpo a corpo e tem como objetivo derrubar o adversário de costas na lama, para isso os marajoaras desenvolveram um série de lances e golpes.

O *Leite de Onça* é uma bebida local muito consumida por ocasião da celebração, principalmente no cortejo do mastro. De preparo caseiro é feita a partir da mistura de leite de búfala, álcool etílico e vanilina.

O *Frito do Vaqueiro* é um prato muito apreciado pela culinária local, por ocasião da celebração é consumida nas residências e nas barracas de alimentos do arraial. É feito de carne de gado cozido na própria gordura. É alimento próprio do vaqueiro nas suas andanças nos campos na lida com o gado e, por ser cozido na própria gordura, resiste por mais tempo sem necessidades especiais de acondicionamento.

As *Festas de Aparelhagens* são muito comuns nas festas de santo como um todo, são um atrativo a mais nas celebrações. Em Cachoeira do Arari elas acontecem, sobretudo, na noite de encerramento da festividade. São organizadas por instituições públicas e privadas, que se incorporam a festividades de São Sebastião.

A *Corrida de cavalos* ocorre na festividade de São Sebastião no Caju-Una, em Soure. Consiste em competição entre os homens das fazendas que testam a resistência, velocidade e força dos cavalos. As fazendas de maior prestígio ficam conhecidas por seus cavalos vencedores.

Cachoeira do Arari e as Folias de São Sebastião

As Folias dentro das festividades do Glorioso São Sebastião revelam a importância dos repertórios musicais como elemento propiciador da continuidade dos aspectos tradicionais da celebração. O livro *Folias de São Sebastião: um estudo da transmissão musical* (Anexo III - deste processo), de Líliam Barros, oferece uma descrição pormenorizada das características musicais dessas folias em Cachoeira do Arari. A transmissão desses conhecimentos implica também na assimilação da manifestação cultural como um todo, de forma que são as folias que dão o tom para a marcação de cada momento da festividade.

O principal fator de identidade na festividade de São Sebastião em Cachoeira do Arari se traduz na Comissão de Foliões. Esses foliões, durante seis meses do ano, deixam suas casas para saírem em esmolação pelos campos. A Comissão é composta pelos seguintes integrantes: um violonista, um violeiro, um triangulista, um tamborineiro – e o mestre-sala. O violonista é quem executa ao violão o *ponteado*, elemento que estrutura as folias. Consiste num padrão motivico dedilhado ou pontilhado nota a nota nas cordas do violão. O ponteado inicia a folia, depois entram os demais elementos em suas funções específicas. As folias se constituem por um conjunto de elementos, intercalados de ponteados. A viola é responsável pela base harmônica das folias, o chamado *solado* ou *surrado*. O triangulista e o tamborineiro são os responsáveis pela marcação rítmica. Além disso, o tambor tem a função de anunciar à distância a passagem do santo, bem como convocar para ladainha. O triangulista por muitas vezes também é o bandeireiro, responsável por ir à frente da comissão carregando a bandeira do santo. O mestre-sala é o responsável pela comissão, exercendo nela a função de capitulador, ou seja, aquele que puxa as folias e a ladainha, além de tomar conta dos integrantes da comissão, do arrecadamento de doações e da imagem do santo. O mestre-



folião costuma ter um estilo e os demais membros da comissão terminam por incorporar sua maneira de tocar as folias.

Durante o período de peregrinação, que vai de julho a janeiro, os foliões cantam e tocam as folias nas fazendas visitadas. Durante o período da festa, de 10 a 20 de janeiro, o mesmo repertório é executado. Ele é composto por oito canções: folia de chegada, folia de agradecimento de mesa, Ave-Maria, folia de início da ladainha, folia de término da ladainha, folia da porteira, folia da alvorada e folia da despedida. As folias são aprendidas de mestre para mestre respeitando a autoria de seu compositor. Possuem algumas características que as consolidam enquanto repertório: a forma, o instrumental e suas funções em relação aos componentes da comissão e a peregrinação. Algumas características se mantêm constantes como a execução a duas vozes, a forma e o ritmo, e outras são passíveis de modificações, como a letra e a harmonia.

A partir da pesquisa direta com os foliões foi possível detectar alguns pontos importantes no processo de aprendizagem das folias: a experiência na comissão dos campos, o aprendizado dos ritmos, o aprendizado dos motivos melódicos do *ponteado*, a técnica dos instrumentos e o aprendizado da letra da ladainha. Nesse sentido, a experiência nos campos é defendida como aspecto fundamental no processo de aprendizagem, não apenas pelo exercício musical, como também pela imersão na peregrinação. Tal aspecto é importante de ser ressaltado porque, nas esmolações, seu caráter religioso e mesmo de contrição faz com que os jovens sintam o peso da responsabilidade diante dos fiéis, promesseiros e foliões veteranos. Participando das esmolações os aprendizes têm contato com o repertório e suas conexões com os momentos do evento, compreendendo o significado mais amplo da devoção.

As letras das folias introduzem o espírito de oração, gratidão e contrição diante de São Sebastião; as folias de início e término contornam a ladainha. Apesar de constituir um repertório distinto das folias, as ladainhas constituem o ápice desse ritual, momento que os devotos fazem suas promessas e agradecem as graças alcançadas. Por esse motivo, as ladainhas apresentam um envolvimento mais coletivo. Uma diferença entre folia e ladainha é o caráter improvisatório da primeira, em contraste com a rigidez do segundo, além da leveza proporcionada pelos instrumentos da folia, que em contraposição destacam a seriedade da ladainha.

A Banda de Música João Vianna também é outro elemento característico da festividade em honra a Sebastião em Cachoeira do Arari. É uma das bandas mais antigas da ilha do Marajó ainda em atividade. Referências sobre bandas menores datam no município do

final do século XIX. A banda participa de muitas atividades da cidade e tem grande importância cultural no circuito de eventos anuais, fazendo parte da sonoridade do município.



Geralmente, nas festas religiosas, a banda acompanha as procissões com músicas mais conhecidas das cerimônias católicas e, à noite, na Praça da Igreja, tocam músicas de cunho mais popular. Na festividade de São Sebastião, o repertório da banda se divide sob a mesma lógica. Durante o trajeto dos mastros a banda toca sem parar, principalmente marchinhas carnavalescas. Nas esmolações, a banda toca o Hino de São Sebastião e outras músicas religiosas. As partituras das músicas são em sua maioria do compositor João Vianna⁵, e constam apenas de melodia ou parte escrita para piano, precisando ser arranjadas para as bandas.

As folias e o plano de Salvaguarda

As folias de São Sebastião constituem, sob o aspecto patrimonial, o elemento que agrega boa parte das manifestações em um mesmo significado. É por meio das folias e ladainhas que a devoção ao santo se revela em cada contexto e marca a conexão dos indivíduos com a festividade de forma mais compelida. Receber as Comissões que levam as folias a uma casa ou fazenda, torna presente à aura de fé que comove e move os devotos para a Celebração em suas diversas atividades: seja na preparação das refeições que alimentam os foliões, na mobilização para arrecadação de donativos, na confecção de decoração para os ambientes e altares ou mesmo na organização e convocação dos demais devotos para os espaços destinados à reza e louvor.

O Seminário “A festividade do Glorioso São Sebastião como Patrimônio Cultural Brasileiro”, realizado em novembro de 2007, em Cachoeira do Arari, aponta alguns dos problemas que tornam a transmissão dos conhecimentos ligados a esses repertórios musicais vulneráveis. Esses eram transmitidos fundamentalmente pela **oralidade**. Essa forma de ensino e aprendizagem permitiu com que os aspectos estruturais ligados à folia fossem mantidos, ao mesmo tempo em que se reconhece a flexibilidade de criação e variação das letras e melodias. Aspectos relativos às autorias das músicas também são parte da relação de ensino que

⁵ João Vianna foi um importante intelectual e representante político em Cachoeira do Arari, profundo conhecedor da cultura marajoara produziu obras literárias e musicais baseadas nesse legado cultural. Sua paixão pela música fez com que disseminasse o estudo pelo município formando grupos musicais de pau e corda e fundando a Banda de Música e o Coral de Cachoeira. Nesses grupos atuou como maestro, compositor e financiador.



perpassa gerações. Nas folias, frequentemente, a melodia do refrão foi criada por um folião antigo que a repassou, admitindo-se apenas alterações dos versos. As formas de transmissão atuais baseadas na escrita e no contexto formal tornam esses conhecimentos mais específicos vulneráveis.

O contexto tradicional de ensino das folias eram os campos e os espaços familiares. Com as constantes transformações do cenário sociocultural, as bandas e as escolas de música também passaram a ocupar esses espaços transmissão de saber. Nesse sentido, muitas das ações de Salvaguarda levantadas no Seminário apontaram para a estruturação desses espaços de ensino, como existência de uma sede própria para a realização de oficinas, a compra de instrumentos musicais e o envolvimento de mais mestres nesses projetos. Do mesmo modo, indica-se outras ações de intercâmbio entre foliões, como a realização de seminários e de encontros.

— As folias estruturam o conjunto de elementos que conformam as festividades de São Sebastião na região do Marajó. Assim, ações de salvaguarda voltadas para os aspectos de transmissão dos saberes relativos à execução das folias fortaleceriam este bem cultural como um todo.

Conclusão

— Por sua relevância nacional, na medida em que traz elementos essenciais para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira;

— Por ser esta celebração representativa da diversidade e da singularidade, na forma como se estrutura e se desenvolve, com elementos próprios, específicos; e da unidade, na recorrência das expressões de devoção a São Sebastião na região do Marajó;

— Por ser esta celebração um elemento fundamental para a construção e afirmação da identidade cultural marajoara e brasileira, dado os elementos que agrega e que legitimam suas práticas cotidianas;

— Por ser uma referência cultural dinâmica e de longa continuidade histórica;

— Por encontrarmos suficientemente apresentados no presente parecer os argumentos capazes de fundamentar a decisão quanto à pertinência do Registro das **Festividades do**



Glorioso São Sebastião na região do Marajó, no Livro das Celebrações, somos favoráveis ao seu reconhecimento como **Patrimônio Cultural do Brasil**.

É este o nosso parecer.

Brasília, 16 de setembro de 2013.

Ellen Christina Ribeiro Krohn

Ellen Krohn

Técnica

Mat. 2765 073

Coordenação de Registro

Coordenação de Registro

DPI/IPHAN

De acordo.

À Diretora do DPI,

Para os demais encaminhamentos.

Em 18 de setembro de 2013.

C. Vasques
Claudia Vasques

Coordenadora de Registro

EM BASTANTE